



# Município de Constância

## Câmara Municipal

### **Ata n.º 18/2014**

Data da Reunião Ordinária – 14 de agosto de 2014

Início da Reunião: 15.00 horas

Termo da Reunião: 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenador Técnico



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

A

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 14 de agosto de 2014, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Núcleo de Tramitação de Processos e Apoio Administrativo - Relação de Despachos - Mês de julho/2014 -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 - Balancete -----

2.2 - Pagamentos -----

## 3. PATRIMÓNIO -----

3.1 - Venda de Sucata propriedade do Município de Constância - Concurso Público - Abertura de Proposta -----

## 4. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

4.1 - Centro Escolar de Montalvo - Aprovação de plano de trabalho, cronograma financeiro, plano de segurança e saúde, e consignação -----

## 5. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

5.1 - Escola Básica e Secundária Luís de Camões - Refeições do pré-escolar e 1.º ciclo - -----

## 6. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

6.1 - Programa Viver Constância 2014 - Ata Comissão de Análise -----

## 7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

7.1 - União Jazz Malpiguense - Pedido de Troféu (7.1.4.2) -----

## 8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

8.1 - Associação Popular e Social de Constância/Universidade Sénior - Pedido de Instalações ano letivo 2014/2015 (7.1.4.2) -----

8.2 - Agrupamento de Escuteiros 707 de Santa Margarida - Reparação dos muros exteriores na Sede dos Escuteiros em Constância Sul (7.1.4.2) -----

8.3 - Parecer Prévio Vinculativo - 12/2014 - Aquisição de Serviços para fornecimento de refeições escolares -----

## 9. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

## 10. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

## 11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

h



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

A

Constância, 14 de agosto de 2014

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

A

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas.

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ANTES DA ORDEM DO DIA

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista:* “1 – Soube que os sapadores andaram a fazer limpeza em lotes urbanos. Gostaria de saber se foram os donos que não cumpriram as suas obrigações, ou se foram os sapadores por iniciativa deles. Questão já colocada na reunião anterior, não tendo obtido qualquer resposta.-----

2 – Ponto de situação sobre a colocação de espelhos nos cruzamentos em Montalvo.-----

3 – Ponto de situação referente a pequenas reparações solicitadas pelas Juntas de Freguesia. -

4 – Médico em Montalvo – Gostaria de saber se a Câmara Municipal teve conhecimento que durante o mês de Agosto não ia haver médico em Montalvo”.-----

*Intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal:* “Ponto 4 – O Papel que se encontra afixado na Casa do Povo de Montalvo é a informar a população que a Extensão de Saúde de Montalvo esta fechada por falta de administrativo.-----

Há uma situação preocupante no concelho, uma vez que dos três médicos de família existentes, só dois estão a assegurar o serviço, devido ao facto de uma das médicas estar de baixa. -----

Fiquei mais preocupada com o serviço de enfermagem, uma vez que das três técnicas duas estão de baixa, não havendo autorização para a colocação de novos técnicos. Foram substituídas por outros enfermeiros a prestar serviço no Médio Tejo. -----

Os domicílios foram todos assegurados. -----

Isto é o que eu tenho conhecimento”. -----

*Intervenção do Senhor Vereador Senhor Arsénio de Oliveira Cristóvão, da CDU:* “Ponto 1 – Os proprietários foram avisados através de notificação com aviso de receção para

*def.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

procederem às limpezas, após o prazo e sem que o tivessem feito, os sapadores foram efetuar esse trabalho. Os proprietários terão que pagar à Câmara Municipal o valor correspondente ao serviço prestado. -----

Ponto 2 – Esse processo está em andamento. -----

Ponto 3 – Essas pequenas reparações são feitas de imediato”. -----

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista:* “ 1 - O vidro que se encontra partido na cabine da paragem de autocarro, junto à VEDAP, ainda não foi substituído. -----

2 – Barreiras de som na A23 - Havendo a intervenção por parte da CIMT neste processo, talvez seja mais fácil”. -----

*Intervenção da Senhora Presidente da Câmara:* “Tomei bom conhecimento das sugestões apresentadas”.-----

*Intervenção do Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão, da CDU:* “A substituição do vidro será feita rapidamente”.-----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

#### 1.1 - NÚCLEO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIO ADMINISTRATIVO

- RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE JULHO/2014: Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de julho. -----

### 2. BALANCETE E PAGAMENTOS

**2.1 – BALANCETE:** A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 13 de agosto de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

**Em Cofre:** €1.640,86 (mil seiscentos e quarenta euros e oitenta e seis cêntimos);

**Instituições de Crédito:** € 419.030,18 (quatrocentos e dezanove mil trinta euros e dezoito cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos);

**Soma:** € 428.202,74 (quatrocentos e vinte oito mil duzentos e dois euros e setenta e quatro cêntimos); **Em Documentos:** € 16.305,66 (dezasseis mil trezentos e cinco euros e sessenta e seis cêntimos);

**TOTAL:** € 444.508,40 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e oito euros e quarenta cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 291.163,49 (duzentos e noventa e um mil cento e sessenta





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

A

e três euros e quarenta e nove cêntimos); - **Operações de Tesouraria: € 137.039,25** (cento e trinta e sete mil trinta e nove euros e vinte cinco cêntimos). -----

## **2.2 – PAGAMENTOS** -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período de 26/07/2014 a 13/08/2014, na importância global de € 75.522,36 (setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois euros e trinta e seis cêntimos). -----

## **3. PATRIMÓNIO**-----

### **3.1 - VENDA DE SUCATA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA -**

**CONCURSO PÚBLICO - ABERTURA DE PROPOSTA:** Ofício n.º 149/LB13/R33-00, datado de 30 de junho de 2014, da Empresa RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A., apresentando Proposta para compra de lotes de sucata propriedade do Município de Constância. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, admitir a proposta apresentada e encaminhar para o serviço de Património para posterior análise. -----

## **4. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

### **4.1 - CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO - APROVAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO, CRONOGRAMA FINANCEIRO, PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE, E CONSIGNAÇÃO** -----

INFORMAÇÃO: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi assinado o respetivo contrato da empreitada com o n.º 8/2014, datado de 14 do mês de Maio de 2014, com a empresa adjudicatária “ALPESO - CONSTRUÇÕES, S.A.”, pelo valor de proposta de 1.062.930,95€ + IVA à taxa legal em vigor.-----

Foi posteriormente apresentado pela empresa adjudicatária, o Plano de trabalhos e respetivo Cronograma Financeiro, assim como o Plano de Segurança e Saúde. -----

Mais se informa que o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, fixado no contrato para a execução da obra não começa a correr antes que o dono da obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, daqui se pressupõe que a consignação da empreitada, tal como definida no Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, no seu artigo 356º, conjugado com o ponto 1 do artigo 359º, deverá ser feita apenas, ou em simultâneo, com a comunicação à entidade executante da aprovação do plano de segurança e saúde. -----

Acontece que a data da assinatura do contrato da empreitada em causa, 14 de Maio de 2014, data que marca, à luz do ponto 1 do artigo 359º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, o

dl



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

início do prazo de 30 dias para a realização da consignação, ou seja até 13 de Junho de 2014. Porém, como o visto do Tribunal de Contas foi conhecido apenas a 25 de Julho de 2014, a consignação não foi realizada nesse prazo. -----

O desenvolvimento e as alterações do Plano de Segurança e Saúde deverão ser validados tecnicamente pelo coordenador de segurança em obra e aprovados pelo dono da obra, passando a integrar o plano de segurança e saúde para a execução da mesma, pelo que é evidente que o dono da obra terá que designar um coordenador de segurança em obra, pessoa qualificada, nos termos previstos em legislação especial, devendo ser objeto de declaração escrita do dono da obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pelo coordenador ou coordenadores. -----

Perante o exposto, é minha opinião, que: -----

- Tendo o empreiteiro adjudicatário, " ALPESO - CONSTRUÇÕES, S.A ", entregue o desenvolvimento do plano de segurança e saúde para a execução da obra em apreço, uma vez que a Autarquia não tem nomeado o Coordenador de Segurança em Obra, figura com competência para aprovar o PSS, o mesmo deverá ser anexo ao plano de segurança e saúde fornecido em fase de concurso, não o substituindo mas complementando-o nas partes em que seja mais completo ou rigoroso.-----
- Relativamente ao Plano de Trabalhos e respetivo Cronograma Financeiro, os mesmos respeitam o Caderno de Encargos, no que concerne ao prazo e valor da empreitada, pelo que estão em condições de ser aprovados pelo Dono da Obra. --
- Após a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, nos termos expostos anteriormente, deverá o facto ser comunicado ao Empreiteiro Adjudicatário, procedendo-se de imediato à consignação da obra.-----
- Deverá ser logo que possível, nomeado um Coordenador de Segurança em Obra e feita a comunicação prévia da abertura do estaleiro à Inspeção Geral do Trabalho." -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de trabalho, cronograma financeiro, Plano de Segurança e saúde e consignação. -----

## -----5. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

### **5.1 - ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LUÍS DE CAMÕES - REFEIÇÕES DO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO** -----

INFORMAÇÃO: "Considerando que o despacho nº18987/2009, estipula no nº4 do artigo 3º que "A diferença entre o preço da refeição pago pelos utentes e o custo da mesma em





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

refeitórios adjudicados a empresas de restauração coletiva é assegurado pelos municípios(...) nos termos do artigo 20º do decreto-lei nº 55/2009”, deverá ser quitado o valor referente às refeições das crianças do pré-escolar e 1º ciclo que almoçam no refeitório da Escola Básica e Secundária Luís de Camões, no valor de €0,30 por refeição (estabelecido no procedimento de aquisição de refeições realizado pelo Agrupamento de Escolas na DGEstE para o ano letivo 2013-2014). -----

Face ao exposto sugere-se que se transfira para o Agrupamento de Escolas de Constância o valor referente ao 1º e 2º trimestre de 2014. Mais se informa que o valor já apurado para o 1º trimestre é de € 1.981,20 (total de 6604 refeições x €0,30) e do 2º trimestre de €1.343,10 (total 4477 refeições x €0,30), num total de € 3.324,30, conforme comprovativo do Agrupamento de Escolas de Constância que se anexa”. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência do valor das refeições para o Agrupamento de Escolas de Constância. -----

## -----6. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL-----

### **6.1 - PROGRAMA VIVER CONSTÂNCIA 2014 - ATA COMISSÃO DE ANÁLISE**

INFORMAÇÃO: “Na sequência das vistorias efetuadas às habitações dos candidatos ao Programa Viver Constância, Edição 2014, e do relatório técnico aqui anexo, reuniu a Comissão de Análise cuja Ata também se anexa para conhecimento e encaminhamento”.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da ata da Comissão de Análise, com exceção da candidatura excluída, recomendou-se que a Comissão de Análise avalie a situação. -----

## -----7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

### **7.1 - UNIÃO JAZZ MALPIQUENSE - PEDIDO DE TROFÉU**

INFORMAÇÃO: “No seguimento do pedido efetuado Pela União Jazz Malpiquense para oferta de um troféu com vista à realização de um Torneio de Futsal 4x4 nos próximos dias 22 e 23 do corrente mês, cumpre-me informar: -----

Tendo a Coletividade reatado a sua atividade há relativamente pouco tempo, está agora em fase de processo de registo na Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no *Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância*. -----

Para o efeito, enviou já as devidas autorizações para consulta das situações tributárias e contributivas perante as Finanças e a Segurança Social, respetivamente, as quais, pelos dados recolhidos hoje, se encontram devidamente regularizadas. Relativamente à restante





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

documentação, a Presidente da Direção comprometeu-se a entregar a mesma até ao final da próxima semana. -----

Em face do exposto, deixo à consideração superior a atribuição do referido troféu”. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um troféu. -----

## -----8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

**8.1 - ASSOCIAÇÃO POPULAR E SOCIAL DE CONSTÂNCIA/UNIVERSIDADE SÉNIOR - PEDIDO DE INSTALAÇÕES ANO LETIVO 2014/2015:** Ofício n.º 036/14, datado de 02 de maio de 2014, solicitando a cedência da Escola Básica de Montalvo e do Centro Escolar de Santa Margarida, afim de lecionarem as aulas para o ano letivo 2014/2015. -----

INFORMAÇÃO: “Na sequência do pedido efetuado pela Associação Popular e Social de Constância /Universidade Sénior, datado de 02/05/2014, solicitando a cedência de instalações na Escola Básica de Montalvo e no Centro Escolar de Santa Margarida, que se anexa, foi solicitado parecer ao Agrupamento de Escolas de Constância. -----

Deste modo, junto se anexa o parecer da direção do Agrupamento de Escolas de Constância, rececionado a 29/07/2014, para decisão superior”. -----

PARECER DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CONSTÂNCIA: “1 – Quanto à utilização da EBI de Montalvo, à semelhança dos anos anteriores, parece-nos que não colocará constrangimentos à atividade letiva, salvaguardando que a entidade responsável pelo projeto, se responsabilizará pela correta utilização dos equipamentos e materiais, zelando por manter os espaços utilizados limpos e arrumados. -----

No que se refere à utilização do Centro Escolar de Santa Margarida, o horário pretendido obriga a que, para utilizar uma sala se mantenham a maioria dos espaços iluminados e climatizados e, ao mesmo tempo, que haja um Assistente Operacional com horário até ao final das atividades previstas. Por estas razões, parece-nos difícil a cedência do referido espaço, seja pelos custos associados seja pela falta de funcionários naquele estabelecimento de ensino, para prolongar o horário.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder as instalações da Escola Básica de Montalvo.

Relativamente ao Centro Escolar de Santa Margarida e de acordo com o parecer do Agrupamento de Escolas de Constância, não é possível ceder as instalações. -----

**8.2 - AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS, 707 DE SANTA MARGARIDA - REPARAÇÃO DOS MUROS EXTERIORES NA SEDE DOS ESCUTEIROS EM CONSTÂNCIA SUL** -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

INFORMAÇÃO: “No seguimento da solicitação apresentada pelo Agrupamento de Escuteiros, 707, de Santa Margarida, no sentido da Autarquia proceder à reparação dos muros exteriores e à substituição da vedação existente na sua sede em Constância Sul, os Serviços Técnicos deslocaram-se ao local e confirmaram a necessidade da intervenção solicitada. -----

Os muros e a vedação estão em mau estado, podendo colocar em risco a segurança dos utentes. -----

Foi feito o orçamento do custo da intervenção, que se anexa à presente informação. -----

Caso, seja superiormente decidido executar-se este trabalho, por administração direta, o mesmo deverá ser iniciado antes do final do Verão, pois este tipo de intervenção deve ser efetuado sem pluviosidade”. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, efetuar a reparação dos muros exteriores na sede dos Escuteiros em Constância Sul. -----

## **8.3 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES** -----

INFORMAÇÃO: O Orçamento de Estado para 2014, prevê normas bastante apertadas na área financeira. -----

Considera-se imprescindível o recurso a uma prestação de serviços, com o objetivo de desenvolver os trabalhos na área identificada em epígrafe. -----

De acordo com o estabelecido na alínea b) do ponto 4, do art.º 73º, conjugado com o ponto 10, do mesmo artigo, ambos da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de Aquisição de Serviços, e a regular por portaria do membro do governo. -----

Nestes termos e de acordo com o n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009. -----

Face ao exposto, verifica-se a necessidade de contratar a prestação de serviços supra identificada. -----

As funções objeto do contrato serão desenvolvidas de forma autónoma e independente, sem qualquer subordinação aos serviços da autarquia. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

*[Handwritten signature]*

Pelo exposto, a prestação destas funções por recurso a uma modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir, torna-se inconveniente, pois estas não permitiriam a prestação de um trabalho independente, limitando o âmbito de atuação pretendido. -----

O contrato a celebrar, terá a duração de um ano letivo, coincidente com o ano escolar estipulado para o Centro Escolar de Santa Margarida. -----

O preço base estabelecido para a presente prestação de serviços é de 48.204,00 €, havendo lugar à redução remuneratória prevista no artigo 73º da Lei 83 – C / 2013, de 31 de dezembro (LOE). -----

Para efeitos do previsto no artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se, face ao preço base do procedimento, que o procedimento a desenvolver, seja em conformidade com o procedimento autorizado na informação em referência b). -----

O presente contrato é essencial à prossecução das atribuições dos serviços, pelos motivos expostos no objeto do contrato”. -----

PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – 12/2014 -----

1	<b>IDENTIFICAÇÃO DA U.O. /SERVIÇO<sup>1</sup></b>
	SUBUNIDADE ORGÂNICA DE SERVIÇOS SOCIAIS, CULTURAIS, DESPORTIVOS E TURISMO

2	<b>PROCEDIMENTO</b>
2.1	Tipo: <sup>2</sup> AJUSTE DIRETO EM REGIME NORMAL, COM CONVITE A UMA ENTIDADE
2.2	Proc.: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

3	<b>CARATERIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL</b>
3.1	<input checked="" type="checkbox"/> Nova contratação   Modalidade: <sup>3</sup> PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
	<input type="checkbox"/> Renovação de contrato   Data do contrato a renovar: __/__/__   Proc. n.º __/__/__
3.2	Descrição do objeto contratual:  AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES
3.3	Prazo de contratação: DURAÇÃO DO ANO LETIVO (82 DIAS EM 2014 E 152 DIAS EM 2015)
3.4	O contrato proposto tem <u>idêntico objeto</u> de contrato vigente em 2013? <input type="checkbox"/> Sim   <input checked="" type="checkbox"/> Não

<sup>1</sup> Identificação da U. O. / Serviço proponente

<sup>2</sup> Ajuste direto, ajuste direto com consulta a mais do que uma entidade, concurso público, etc..

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

4	<b>IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES A CONVIDAR</b>
4.1	Identificação: <u>UNISELF-GESTÃO EXPLORAÇÃO RESTAURANTES EMPRESAS, LDA</u> NIF: <u>502513900</u>
4.2	O contrato proposto integra a <u>mesma contraparte</u> de contrato vigente em 2013? <input type="checkbox"/> Sim   <input checked="" type="checkbox"/> Não

5	<b>CONTRATAÇÃO EXTERNA<sup>4</sup></b>
5.1	<b>Fundamentação da ausência de subordinação jurídica em resultado do contrato e da inconveniência de recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público:</b> O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste natureza de trabalho subordinado, sendo inconveniente o recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituído ou a constituir. O trabalho será realizado durante o período de vigência do contrato a celebrar, de forma autónoma, sem sujeição à disciplina e direção do município, sendo que se torna imprescindível o cumprimento, integral, de toda a legislação respeitante ao objeto da contratação em causa.
5.2	Prova de <u>inexistência de pessoal em SME</u> apto para o exercício das funções:

6	<b>DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA COM REFERÊNCIA A CONTRATO COM IDÊNTICO OBJETO E/OU CONTRAPARTE VIGENTE EM 2013 (caso tenha existido)<sup>5</sup></b>
6.1	Valor do contrato anterior: <div><input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro</div>
6.2	Valor do contrato proposto (IVA INCLUIDO) <div><input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro</div>
6.3	<div><input type="checkbox"/> Redução remuneratória a aplicar: _____ % <input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada por agregação<sup>6</sup> (aplicável sempre que em 2014 a mesma contraparte preste mais de um serviço à C. M.) € _____, _____   Taxa: _____ %</div>

<sup>3</sup> Tarefa, avença, prestação de serviços

<sup>4</sup> Aplicável só no caso de contratos de tarefa ou avença – alínea a), n.º 4, art.º 73.º

<sup>5</sup> Cfr. artigo 73.º, n.º 5, al.c).





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

A.

6.4	Justificação (com os cálculos respetivos) para a variação sempre que a prova da dedução não resulte diretamente dos valores referidos em 6.1, 6.2 ou 6.3:
-----	---

7	<b>FUNDAMENTO DA NÃO SUJEIÇÃO A REDUÇÃO REMUNERATÓRIA</b>
7.1	<input type="checkbox"/> O contrato não atinge o valor mínimo de €675,00 <sup>7</sup>
7.2	<input type="checkbox"/> Trata-se de <u>renovação</u> de contrato anterior cuja celebração/renovação já foi objeto da redução e obteve parecer favorável. <sup>8</sup>
7.3	<input type="checkbox"/> Se tratar de <u>celebração</u> de contrato anterior cuja celebração já foi, em 2012 e em 2013, objeto das reduções, obteve, nos mesmos anos, parecer favorável, e a quantidade a contratar e o valor a pagar não são superiores aos de 2013. <sup>9</sup>
7.4	<input checked="" type="checkbox"/> Em 2013 não existe contrato com <b>idêntico objeto</b> conhecido, sendo assim materialmente impossível, por falta de valor de referência, determinar o valor da redução. Houve, no entanto, a preocupação de realizar uma prospeção ao mercado e de fixar um preço base de procedimento reduzido em cerca de 12% em relação ao preço que dela resultou.
7.3	<input type="checkbox"/> Outra justificação:

8	<b>COMPROMISSOS PLURIANUAIS<sup>10</sup></b> A contratação está sujeita a autorização para assunção de encargos plurianuais? <input type="checkbox"/> Não. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Autorização Prévia Genérica, aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 13/02/2014, da Assembleia Municipal.
---	---

	<b>DECLARAÇÃO DE CABIMENTO<sup>11</sup></b>
	<b>• Ano em curso</b> - o encargo previsto encontra-se cabimentado: Cl. Orçamental: _____   N.º cabimento: _____ Valor: € _____, 00 Saldo Disponível € _____
9	<b>• Ano(s) seguinte(s)</b> - encargos previstos para o(s): . 2015 ..... Valor: € _____, 00 . 2016 ..... Valor: € _____, 00 <b>• Encargo total previsto</b> ..... Valor: € _____, 00 <b>O Responsável pela Contabilidade</b> _____

<sup>6</sup> Cfr. artigo 33º, nº 2, e 73º, nº 3.

<sup>7</sup> Cfr. artigos 33º, nº 1, al. a) e 73º, nº 1.

<sup>8</sup> Cfr. artigo 73º, nº 8.

<sup>9</sup> Cfr. artigo 73º, nº 9.

<sup>10</sup> Cfr. artigo 73º, nº 16.

<sup>11</sup> Cfr. artigo 73º, nº 5, al. b)

dup.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 18/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-08-2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo – 12/2014, referente à aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições escolares. -----

### -----9. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

### -----10. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

### -----11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Luza Silvério*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,